

Moradores de Ceilândia serão removidos de APP

CEDOC/FERNANDO RODRIGUES/27.10.2004

Aproximadamente 1,8 mil das 15 mil famílias residentes nos condomínios irregulares Sol Nascente e Pôr-do-Sol, em Ceilândia, que estão em Área de Proteção Permanente (APP), serão removidas para outros locais do próprio parcelamento. "Trata-se de uma ação de emergência para retirar as famílias das áreas sensíveis do ponto de vista ambiental, até que seja encontrada uma solução definitiva", assegura a titular da 3ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (3ª Proub), Maria Lúcia Morais.

A remoção é resultado de um acordo firmado entre o Ministério Público do DF, Terracap, Agência de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano, administrações regionais de Ceilândia e Taguatinga e representantes dos dois condomínios.

No encontro, realizado no mês passado, ficou acertada a assinatura de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), com a participação de moradores do local, com a finalidade de oferecer serviços emergenciais de saneamento básico e energia à população, enquanto serão feitos o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) das áreas ocupadas.

Em seguida, serão realizados o licenciamento e urbanização

das áreas, envolvendo as seguintes ações: mapeamento e delimitação de APPs; levantamento das estruturas irregulares edificadas sobre as áreas de risco; desobstrução das APPs, com a remoção dos ocupantes das áreas sensíveis em caráter emergencial e provisório.

Estão previstas, ainda, as ações de retirada do entulho das APPs, com o auxílio dos moradores; instalação das redes provisórias de água tratada e de energia elétrica; cascalhamento das vias públicas consolidadas; construção da rede de captação de águas pluviais para evitar o assoreamento das nascentes; e fiscalização conjunta dos órgãos do GDF e da comunidade para prevenir a expansão da construção de novas moradias.

ELABORAÇÃO - Os órgãos ligados ao GDF ficaram de enviar as informações à 3ª Proub para a elaboração do TAC até o fim do mês. "Vamos aguardar a remessa do material por alguns dias. Se não chegar, em dois meses entraremos na Justiça com uma ação civil pública, com vistas à remoção das famílias que ocupam Área de Proteção Permanente (APP)", garante a promotora.

Antes de deixar o cargo, em solenidade no Pôr-do-Sol, o então governador Joaquim



Quinze mil famílias vão para outros locais, no mesmo parcelamento. Acordo oferecerá serviços emergenciais de saneamento e energia

Roriz assinou ordem de serviço para a construção imediata da rede de abastecimento de água na região dos condomínios. "Estes são os últimos locais que precisavam de água tratada. É uma obra que vamos realizar e que nos deixa

muito feliz", comemorou Joaquim Roriz.

Segundo os cálculos da Caesb serão investidos cerca de R\$ 700 mil na obra de infraestrutura. De acordo com o presidente da empresa, Fernando Leite, até o fim do go-

verno de Maria de Lourdes Abadia, a cidade atingirá a marca de 100% de água potável e esgoto tratado. No mesmo prazo, também serão feitas mais 200 ligações para levar água pura para atender a um milhão de habitantes.

"Os moradores vão passar a contar com água de qualidade e ainda vamos acabar com o problema das ligações clandestinas que tantas vezes deixaram Ceilândia sem água", garante o presidente da Caesb.